



PARECER DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO LICITATÓRIO: 9/2023-052 PMVX

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

DOS FATOS

Ocorre que chegou a esta Coordenadoria de Controle Interno, para manifestação, solicitação com justificativa para o 1º Termo Aditivo aos Contratos Nº 20240030 e 20240034, cujo objeto refere-se *Contratação de empresa para aquisição de suprimentos e equipamentos de informática, para atender diversos Fundos, Secretarias e Setores da Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu/PA*, referente ao Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2023-052 PMVX.

OBJETO:

Trata-se de análise da possibilidade e legalidade de aditamento de prazo e valor dos contratos administrativos 20240030 e 20240034, decorrentes do Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2023-052 PMVX, firmado entre as Secretarias Municipais de Administração e Saúde e a empresa *ANTONIO BRITO DIAS LTDA*.

1. Contrato nº 20240030 firmado com a empresa *ANTONIO BRITO DIAS LTDA* e a Secretaria Municipal de Administração do município de Vitória do Xingu/PA.
2. Contrato nº 20240034 firmado com a empresa *ANTONIO BRITO DIAS LTDA* e a Secretaria Municipal de Saúde do município de Vitória do Xingu/PA.

O objeto do contrato é subdividido em itens, e o termo aditivo em questão obedece ao princípio de isonomia e proporcionalidade, conforme entendimento da CGU:

“(...) os acréscimos e supressões expressos no art. 65 da Lei de Licitação, quando o objeto da licitação está subdividido em itens, deverão observar a proporcionalidade em relação a cada item de produto ou serviço licitado. Interpretação contrária violaria o princípio da isonomia(...)”.

Av. Manoel Félix de Farias, s/nº - Centro – CEP: 68. 383-000 Vitória do Xingu – PA

E-mail: ccipmvx@gmail.com



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53



A CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO, do contrato em tela, versa o seguinte:

“1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem na aquisição do objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado. ”

No caso em tela, verifica-se que a possibilidade e legalidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57, II, § 2º da Lei 8666/93 que assim determina:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente

FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

I. Consta nos autos que as Secretarias Municipais de Administração e Saúde de Vitória do Xingu/PA intencionam realizar o 1º Termo Aditivo aos Contratos Nº 20240030 e 20240034.

II. Foram anexadas justificativas para o aditivo;

III. Consta no processo o parecer jurídico emitido acerca da legalidade do termo aditivo em questão, conforme a Lei nº 8.666/93, art. 38, VI;

Av. Manoel Félix de Farias, s/nº - Centro – CEP: 68. 383-000 Vitória do Xingu – PA

E-mail: ccipmvx@gmail.com

Secretaria Municipal de
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, TRIBUTAÇÃO E
FINANÇAS



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
CNPJ 34.887.935/0001-53



IV. Foi anexada Minuta do 1º Termo Aditivo aos Contratos Nº 20240030 e 20240034.

PARECER

Sob o ponto de vista técnico, a justificativa apresentada pela Gestão Municipal de Vitória do Xingu-PA não deixa dúvidas sobre a necessidade de aditamento. Portanto não há objeção desta Coordenadoria para que o Termo de Aditamento tenha sido realizado, haja vista foi que cumprido as determinações vigentes.

Face ao exposto, e, ainda considerando a legalidade através do parecer jurídico exarado pelo Assessor Jurídico deste município Sr. Paulo Viniciu Santos Medeiros, opino pela regularidade do Primeiro Termo Aditivo aos Contratos Nº 20240030 e 20240034.

Vitória do Xingu/PA, 15 de maio de 2025.

Derlilane da Silva Furtado de Souza
Coordenadora do Controle Interno
Decreto Municipal nº 030/2021 - PMVX